

DESENVOLVER A AGRICULTURA OU OS AGRICULTORES?

A Questão do Consórcio¹Evaristo Eduardo de Miranda²

O Brasil possui atualmente cerca de 70% ou mais de sua população nas cidades. Essa urbanização sem precedentes, ocorrida sobretudo na última década, esteve ligada às grandes transformações ocorridas nesse período no campo e, principalmente, nas cidades. Sem entrar na análise do vasto complexo de causas que interagiram nesse processo, cabe assinalar que as regiões onde mais se modernizou a agricultura foram as que também observaram a maior redução da população agrícola, em muitos casos mesmo em termos absolutos. Às vezes, essa diminuição da população rural não se traduziu forçosamente pela redução da oferta de emprego no campo pois, na realidade, o que ocorreu foi uma proletarianização dos pequenos agricultores, proprietários ou não, através do aparecimento e da expansão do fenômeno dos bóias frias.

Do ponto de vista econômico, a agricultura continuou a ser o grande financiador líquido da economia urbana e os pretensos subsídios para a atividade agrícola raramente foram subsídios para os agricultores e sim, direta ou indiretamente, subsídios para o setor urbano-industrial. Em síntese, a modernização da agricultura brasileira vem sendo definida para e pelo setor industrial-urbano ao qual ela passou a ser associada e submetida de uma forma muito eficaz e determinante na última década.

O Nordeste, a nível nacional, foi a região onde esse processo se deu com menor intensidade, apesar de ser uma área tradicionalmente agrícola e com uma longa história de ocupação. O Nordeste possui cerca de 50% da população rural do Brasil e foi com a Amazônia uma das áreas do país onde a população rural cresceu na última década em termos absolutos. Todavia, a fragilização de sua agricultura é flagrante a nível estrutural (a região importa cada vez mais alimentos quando já foi exportadora) e conjuntural (fenômenos de seca, com intensi-

dade análoga de 20 anos atrás, se traduzem por crises sociais sem precedentes).

Diante desse quadro, cabe a seguinte interrogação: em que medida o desenvolvimento agrícola buscado hoje no Nordeste é socialmente e economicamente possível? Ou ainda, em que medida ele deve se espelhar no que vem sendo realizado nas regiões sul e sudeste do país?

A homogeneização do espaço econômico nacional leva cada vez mais a uma integração desigual das economias regionais e não se vê hoje, na região Nordeste, um sinal evidente ou marcante de uma iniciativa de planejamento que vise claramente o desenvolvimento de seus agricultores, muitas vezes apresentados como um verdadeiro peso social ou mesmo um empecilho ao desenvolvimento. A ausência de uma política fundiária que atende à maioria da população rural que não têm acesso à terra e, por conseguinte, ao crédito e à assistência técnica, é um dos fatos que melhor ilustram a situação atual. Todavia, o objetivo desta intervenção é tratar a questão do desenvolvimento dos agricultores numa perspectiva mais limitada: em que medida a pesquisa agropecuária, ou o chamado processo de geração e difusão de tecnologia agrícola, atende às necessidades técnicas dos pequenos produtores? É claro que esse processo deve atender também à geração de alternativas tecnológicas que permitem o aumento da produtividade nas áreas de grandes propriedades, nas áreas irrigadas e de monocultura de nível empresarial, etc. Mas, sem exigir exclusividade de atendimento, devemos considerar a questão dos fatores limitantes da produtividade e da produção a nível dos pequenos agricultores de forma específica e dentro dessa problemática a questão das culturas consorciadas merece uma atenção especial. Inverter o processo seria falacioso pois a consorciação de culturas é uma prática típica, mesmo que não exclusiva, da pequena propriedade.

Entre 1980 e 1983, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido desenvolveu uma série de pesquisa a nível de produtor buscando caracterizar, de modo circunstanciado, o que limita sua produção e produtividade agrícola. Essas pesquisas foram realizadas através de várias amostras de pequenos produtores rurais da região de Ouricuri, no alto sertão de Pernambuco. Inicialmente, foram descritas e caracterizadas todas as atividades produtivas dos agricultores. Nessa abordagem, durante três anos consecutivos constatou-se que na quase totalidade dos campos cultivados praticavam-se o consórcio de culturas. Devemos considerar cultura consorciada sensu stricto um tipo de associação cultural onde o resultado final é mais produtivo ou interessante do que esses mesmos cul-

¹Resumo da palestra proferida na abertura da I Reunião sobre Culturas Consorciadas no Nordeste

²Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ecologia, pesquisador do CPATSA-EMBRAPA.

tivos plantados puros. Nem sempre as associações culturais praticadas pelos agricultores se traduzem por um consórcio no sentido agronômico. Todavia, as pesquisas realizadas mostraram que o resultado era positivo do ponto de vista da utilização da mão-de-obra no tempo, ou no espaço, ou ainda o resultado obtido permitia uma oferta de cereais e legumes próximo do quociente de consumo familiar, etc.

Resposta a inúmeras limitações de ordem agro-ecológica e sócio-econômica, o sistema de cultivo em consórcio praticado pelos agricultores é extremamente definido por situações particulares. Se considerarmos somente as plantas que intervêm na associação cultural, na região de Ouricuri, foram identificados 27 tipos de consórcios importantes. A nível dos campos, os mais praticados são o consórcio milho/feijão (27%), milho/feijão/palma/mandioca (12%) e milho/feijão/algodão (12%). A partir das medidas realizadas, constatou-se que o espaçamento do milho praticamente não variava nos diferentes tipos de consórcio; 2,0m x 1,0m para as covas de milho, enquanto o feijão acusava um espaçamento crescente com o aumento do número de plantas no consórcio. Foram feitas observações sobre as relações existentes entre a natureza e o número de plantas consorciadas e os rendimentos do milho e do feijão. Inclui-se a nível de suas componentes de rendimento (nº vagens/palnta; nº grãos/espiga; peso médio dos grãos; etc).

Se em muitos casos aparentemente o consórcio permite uma maior produtividade total do que o das culturas consideradas individualmente, esse não foi, em primeira instância, o objetivo do agricultor, que buscava otimizar outros fatores de produção fisicamente limitados. Por exemplo, quase não se constatarem capinas em campos de cultivo puro de algodão ou mamona, cujas produções eram irrisórias. Essas culturas só se beneficiavam de capinas adequadas quando consorciadas com cultivos alimentares como o milho e o feijão. Isso levanta uma série de interrogantes sobre o interesse real de pesquisas que buscam otimizar espaçamentos e combinações ideais em termos de produtividade, ou pelo menos qual seria o interesse ou a chance real dos agricultores adotarem tais soluções, já que cada campo é hoje quase que igual a um tipo de consórcio. A consorciação de cultivos é tipicamente uma técnica e não uma tecnologia. Responde a fatores locais e circunstanciais de cada estabelecimento agrícola. Seria importante que a pesquisa na área de consórcio desenvolvesse métodos e raciocínios que pudessem apoiar a geração de soluções particulares por parte dos agricultores e da extensão rural, a exemplo do que tem sido feito na área de alimentação animal, rota

ção de cultivos, etc.

Nesse sentido, cabe um interrogante final sobre a eficácia do atual sistema cooperativo de pesquisa, organizado basicamente por produtos, em desenvolver tais métodos e raciocínios: o consórcio milho/feijão/algodão deve ser estudado em última instância em que centro de pesquisa, ou, se todos devem estudá-lo, a quem reverteria o papel de coordenação? Que variedades para o consórcio? Como intensificar os cultivos consorciados? Que tipo de mecanização desenvolver para superar os problemas do cultivo consorciado?

Durante muito tempo os agrônomos combateram os cultivos consorciados. Houve quem usasse em cátedra a expressão "promiscuidade cultural". Hoje, as associações culturais são utilizadas mesmo em grandes empresas para baratear custos de implantação de reflorestamento, de pastagem e de cultivos perenes, mas a nível dos pequenos agricultores o problema é diferente e os resultados ainda são bastante incipientes. Pode-se interrogar em que medida as notáveis e louváveis pesquisas desenvolvidas nos últimos anos não estão sendo feitas em moldes muito marcados pela pesquisa tradicional dos cultivos puros.

A questão da cultura consorciada é complexa e não complicada. Algo complicado pode ser resolvido em elementos mais simples, de forma reducionista. A questão do consórcio é intratável de forma reducionista. O pesquisador deve aceitar essa complexidade como dada e irreduzível. Seu trabalho será o de conhecer os principais componentes dessa estrutura complexa com vistas a esclarecer seu funcionamento propondo alternativas de intervenção. Desenvolver o consórcio, aumentar sua produtividade, valorizar seu papel nos equilíbrios biológicos, na proteção dos solos, garantindo uma certa produção ou uma produção certa em qualquer condição climática é o que os pequenos produtores vem realizando desde os tempos históricos em vários continentes. Depois de contrariá-los durante muito tempo em sua grande maioria, os pesquisadores passaram a descobrir e descobrem ainda os interesses dessa prática cultural, apesar das críticas e resistência de vários colegas a esse tipo de abordagem. Seria necessário, nesse sentido, uma maior proximidade dos pesquisadores com a realidade dos agricultores. Estes, por exemplo, consorciavam em geral três culturas ou mais, porém a grande maioria dos trabalhos de pesquisa estudam somente dois cultivos consorciados. Essa aproximação física e de objetivos dos pesquisadores da área de consórcio com os agricultores deve ser a meta da coordenação de esforços nesse campo de ação. Esses esforços, na medida em que gerem novos métodos e concepções

de pesquisa, permitirão resultados que se traduziram em benefícios reais para os pequenos agricultores sem grandes resistências de adoção técnica, com grande benefício para a agricultura. Parece tautológico ou trivial afirmar, mas quem faz o desenvolvimento rural é o agricultor e não a pesquisa, a extensão ou o crédito, no que pese sua importância e contribuição.